



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Pará
Subseção de Castanhal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2017

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1) Você está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, a **folha de respostas**. **Assine o seu nome e escreva o número do seu documento de identificação.**
- 2) Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. Essa resposta deve ser marcada na **folha de respostas** que você recebeu.
- 4) Você deve preencher o quadro com a letra correspondente a sua resposta na **folha de respostas**, conforme o exemplo:

A	B	C	D
---	---	---	---

- 5) A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
- 6) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 7) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 8) Você terá 4 (quatro) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- 9) O candidato poderá levar o caderno de questões **somente** após a segunda hora de prova (11:00).
- 10) Os **3 (três) últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
- 11) O gabarito será divulgado no dia 19 de setembro de 2017, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 12) O resultado será divulgado provavelmente no dia 02 de outubro de 2017, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 13) **Gabarito e resultado não serão fornecidos por telefone.**

Castanhal/PA, 17 de setembro de 2017.

A COMISSÃO

CONSTITUCIONAL

1. Método tradicional utilizável na interpretação constitucional que pretende garantir a compatibilidade e coerência dos diversos dispositivos do texto normativo, a fim de conceder-lhe efetividade geral. Essa caracterização corresponde ao método:

- a) Lógico.
- b) Sistemático.
- c) Gramatical.
- d) Teleológico.

2. Acerca dos métodos e princípios que regulam a interpretação constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo o método interpretativo hermenêutico- clássico, a constituição essencialmente é uma lei e, por isso, há de ser interpretada segundo as regras tradicionais da hermenêutica, articulando-se e complementando-se para revelar seu sentido.
- b) Pelo princípio interpretativo da máxima efetividade, os aplicadores da Lei Maior devem interpretá-la de modo a otimizar-lhe a eficácia, podendo até mesmo alterar seu conteúdo.
- c) De acordo com o método tópico-problemático, os instrumentos hermenêuticos tradicionais não resolvem as questões emergentes da interpretação concretizadora desse novo modelo constitucional, em que a constituição é um sistema aberto de regras e princípios.
- d) O método científico-espiritual é marcado por entender a constituição em uma perspectiva política e sociológica, enquanto instrumento de regulação de conflitos, e, por essa forma, de construção e de preservação da unidade social.

3. (Fonte) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRT - 11ª Região (AM e RR) Prova: Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal

Jamile consultou um advogado a fim de propor ação de indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho em face de sua empregadora “Amanda e Armando Ltda.”. Admitindo-se que o ato danoso constitua crime contra a organização do trabalho, devendo ser objeto de ação penal, é correto afirmar que para processar e julgar as referidas ações a competência é da:

- a) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e para a ação penal.
- b) Justiça do Trabalho para a ação indenizatória e da Justiça Federal para a ação penal.
- c) Justiça Estadual para a ação indenizatória e para a ação penal.
- d) Justiça Federal para a ação indenizatória e para a ação penal.

4. Osmar estava em sua residência e foi informado de que deveria permitir a entrada de um policial que estava portando um mandado judicial de busca e apreensão, a ser cumprido justamente em sua residência. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o ingresso na residência de Osmar, sem o seu consentimento, para o cumprimento do referido mandado:

- a) Poderia ocorrer em qualquer dia ou horário.
- b) Deveria ocorrer em certo horário, que deve ser indicado pela autoridade judicial.
- c) Deveria ocorrer à noite, se autorizado pela autoridade judicial.
- d) Não poderia ser realizado à noite, ainda que Osmar seja muito perigoso.

5. Considera-se de EFICÁCIA LIMITADA a norma constitucional segundo a qual:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo nos casos previstos na Constituição (art. 5º, XI).
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (art. 5º, II).
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, XIII).
- d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção em face da automação, na forma da lei (art. 7º, XXVII).

6. (Fonte) Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRF - 3ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

Adeltrupes, domiciliado em Município que não possui sede da Justiça Federal, pretende ver reconhecida judicialmente a sua condição de segurado junto à Instituição do Regime Geral de Previdência Social, visto que esse pedido lhe foi negado na esfera administrativa.

Para tanto, a ação poderá ser proposta:

- a) somente perante a Justiça Estadual da Comarca de seu domicílio.
- b) somente perante a sede da Justiça Federal que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado.
- c) perante a Justiça Estadual da Comarca de seu domicílio ou a sede da Justiça Federal que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado.
- d) perante a sede da Justiça Federal ou da Justiça do Trabalho que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado.

ADMINISTRATIVO

7. Os poderes inerentes à Administração Pública são necessários para que ela sobreponha a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao privado. Nessa perspectiva:

- a) O poder conferido à Administração Pública é uma faculdade que a Constituição e a lei colocam à disposição do administrador, que o exercerá de acordo com sua livre convicção.
- b) No exercício do poder disciplinar, são apuradas infrações e aplicadas penalidades aos servidores públicos sempre por meio de procedimento em que sejam asseguradas a ampla defesa e o contraditório.
- c) O exercício do poder normativo são editados decretos regulamentares estabelecendo normas *ultra legem*, inovando na ordem jurídica para criar direitos e obrigações.
- d) O poder de polícia, apesar de possuir o atributo da coercibilidade, carece do atributo da auto executoriedade, de modo que a Administração Pública deve sempre recorrer ao judiciário para executar suas decisões.

8. De acordo com a doutrina, os atos administrativos que possuem todas as suas condições e requisitos estipulados por lei, prevendo uma única e obrigatória atuação administrativa, são classificados como:

- a) Vinculados.
- b) Complexos
- c) Declaratórios
- d) Constitutivos

9. Acerca da anulação dos atos administrativos, assinale a opção INCORRETA:

- a) Anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de legalidade.
- b) A anulação pode também ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.
- c) A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos.
- d) Como a desconformidade com a lei atinge o ato em suas origens, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.

10. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em _____, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

- a) 5 (cinco) anos.
- b) 10 (dez) anos.
- c) 2 (dois) anos.
- d) 3 (três) anos.

11. (Fonte) Ano: 2016 Banca: PR-4 UFRJ Órgão: UFRJ Prova: Pedagogo - Geral

Bruno, servidor público federal, investido no cargo de Auxiliar em Administração da UFRJ, a fim de realizar suas atividades com excelência, resolveu dedicar-se ao estudo dos Princípios Constitucionais, elencados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988. Nos termos desse artigo, "A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Acerca dos princípios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da impessoalidade objetiva à igualdade de tratamento a ser dispensado pela Administração aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica.
- b) De acordo com o princípio da legalidade, à administração pública é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.
- c) Pelo princípio da moralidade, o administrador público pode, em prol do interesse coletivo, dispensar alguns preceitos éticos.
- d) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam divulgados entre os administrados. Portanto, não se admite o sigilo na administração.

12. Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRT - 24ª REGIÃO (MS) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa

Onofre, auditor fiscal da Receita Federal, recebeu vantagem econômica para tolerar a prática de contrabando, razão pela qual foi processado por improbidade administrativa. Nos termos da Lei no 8.429/1992, a conduta de Onofre insere-se expressamente na modalidade de ato de improbidade administrativa

- a) causador de prejuízo ao erário, não sendo necessária a efetiva ocorrência de prejuízo ao erário para que reste configurado o ato ímprobo.
- b) causador de prejuízo ao erário, sendo necessário, dentre outros elementos, a conduta dolosa para a configuração do ato ímprobo.
- c) que atenta contra os princípios da Administração pública, sendo necessário, dentre outros elementos, conduta meramente culposa para a configuração do ato ímprobo.
- d) que importa enriquecimento ilícito, sendo necessário, dentre outros elementos, a conduta dolosa para a configuração do ato ímprobo.

DIREITO CIVIL

13. Caio, por causa permanente, não pode exprimir a vontade. De acordo com o Código Civil, trata-se de pessoa que:

- a) Não possui personalidade, sendo absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- b) Possui personalidade mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil, tal como se dá com os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- c) Possui personalidade mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, tal como ocorre com os menores de dezesseis anos.
- d) Possui personalidade mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, tal como ocorre com os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

14. De acordo com o Código Civil de 2002, nos negócios jurídicos devemos observar:

- a) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- b) Mesmo dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- c) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, não aproveitam aos cointeressados incapazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

15. Quanto ao ato jurídico, analise as assertivas.

I - A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial, salvo quando exigido expressamente pela lei.

II- O ato jurídico é anulável quando for ilícito ou impossível o seu objeto.

III - Nas declarações de vontade, atender-se-á mais a sua intenção que o sentido literal da linguagem.

IV - O ato jurídico, para ter validade, requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não proibida em lei.

Estão corretas as assertivas

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV, apenas.

16. Sobre o instituto da prescrição previsto no Código Civil assinale a resposta CORRETA.

- a) Ocorre em cinco anos a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- b) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- d) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer duas vezes, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

PROCESSO CIVIL

17. A possibilidade de concessão, pelo juiz da causa, de tutela antecipatória do mérito, *inaudita altera parte*, em razão de requerimento formulado nesse sentido pela parte autora em sua petição inicial, está diretamente relacionada ao princípio:

- a) Do juiz natural.
- b) Da motivação das decisões judiciais.
- c) Da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- d) Do contraditório.

18. Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRE-SP Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Ao disciplinar a tutela provisória, o novo Código de Processo Civil estabelece que

- a) a tutela de urgência não poderá ser concedida sem justificação prévia, salvo se prestada caução idônea, caso em que poderá ser concedida liminarmente.
- b) a tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, caso em que o processo será extinto.
- c) para a concessão da tutela de evidência, exige-se, dentre outros requisitos, a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- d) efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, em ação própria, cujos autos deverão ser pensados aos do pedido cautelar.

19. Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: Câmara de Mogi das Cruzes – SP Prova: Procurador Jurídico

Assinale a alternativa correta.

- a) A tutela de evidência somente será cabível quando a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.
- b) A tutela provisória sempre depende de caução e não pode ser deferida antes da citação do réu.
- c) A tutela de evidência será concedida pelo juiz quando houver demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.

d) O entendimento predominante é que cabe a concessão de tutela provisória a qualquer momento, inclusive na sentença.

20. Sobre os atos do juiz ao receber a petição inicial, nos termos em que disciplinada pelo Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa CORRETA.

a) Indeferida a petição inicial ou julgado liminarmente improcedente o pedido, pode o juiz se retratar se interposta apelação contra a sentença.

b) A improcedência liminar do pedido só ocorre para as causas em que a fase instrutória é dispensada, não havendo hipótese que independa desse requisito.

c) Recebida a petição inicial pelo juiz, não sendo o caso de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido, o réu será citado para contestar o pedido de imediato.

d) A carência de ação é fundamento para o indeferimento da petição inicial.

21. A respeito dos juizados especiais federais, assinale a opção CORRETA.

a) Nesses juizados, a parte não precisa constituir advogado, ainda que o valor exceda quarenta salários mínimos.

b) Os representantes legais dos órgãos públicos federais necessitam de autorização da autoridade competente para transigir.

c) Conforme o STJ, o mandado de segurança não é instrumento hábil para o controle de competência desses juizados.

d) Nos juizados especiais federais, o menor de dezoito anos de idade não pode ser autor de demanda, ao contrário do que ocorre nos juizados especiais estaduais.

22. Roberta pretendendo reaver seus direitos, ingressa com uma ação pelo procedimento comum contra Maria. Seu advogado propõe a ação e neste momento tal exordial está sendo analisada pelo juiz. É certo que o magistrado poderá:

a) Determinar a emenda no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Caso a emenda não se concretize, extinguirá o processo com solução do mérito.

b) Julgar extinta a ação sem resolução do mérito, se não preenchidos os requisitos da petição inicial e caso não se tenha emendado, quando então, Roberta, poderá interpor a apelação, da qual não cabe juízo de retratação.

c) Determinar a citação de Maria, caso a petição esteja apta, para que, querendo, apresente sua contestação diretamente na audiência de mediação e conciliação sob pena de revelia.

d) Julgar liminarmente improcedente a ação, antes mesmo da citação, caso se verifique a prescrição dos direitos de Roberta.

23. O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

a) causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.

b) ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.

c) ação sobre bem imóvel da União

d) mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.

DIREITO PENAL

24. A respeito dos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção CORRETA.

a) Conforme o entendimento doutrinário dominante relativamente ao princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deve ser aplicado quando as demais esferas de controle não se revelarem eficazes para garantir a paz social. Decorrem de tal princípio a fragmentariedade e o caráter subsidiário do direito penal.

b) Do princípio da individualização da pena decorre a exigência de que a dosimetria obedeça ao perfil do sentenciado, não havendo correlação do referido princípio com a atividade legislativa incriminadora, isto é, com a feitura de normas penais incriminadoras.

c) Ao se referir ao princípio da lesividade ou ofensividade, a doutrina majoritária aponta que somente haverá infração penal se houver efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.

d) Dado o princípio da intranscendência da pena, o condenado não pode permanecer mais tempo preso do que aquele estipulado pela sentença transitada em julgado.

25. Sobre os crimes contra a Administração Pública e o conceito de funcionário público para fins penais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Equipara-se a funcionário público para efeitos penais quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

b) Aplica-se o princípio da insignificância ao Policial Rodoviário Federal que deixa de aplicar multa de trânsito em troca do recebimento de R\$ 10,00 (dez reais).

c) O estagiário de direito da Justiça Federal que pratica, no exercício de suas funções, ato tipificado como crime contra a administração pública será equiparado a servidor público, podendo inclusive ser preso em flagrante.

d) Há crime de advocacia administrativa quando o funcionário utiliza o cargo para patrocinar interesse privado perante a administração, inclusive quando o interesse defendido é legítimo.

26. Considere as seguintes situações:

I - Funcionário público simula viagem para receber dinheiro referente a diárias.

II - Empresário oferece valor em dinheiro a funcionário público para obter velocidade na tramitação de processo administrativo de seu interesse.

III - Secretário de Estado toma conhecimento de desvio funcional de subordinado, mas não determina a apuração dos fatos por se tratar de seu amigo e aliado político.

Tais situações constituem, respectivamente, os crimes contra a Administração Pública de:

a) Corrupção passiva – corrupção ativa – favorecimento pessoal.

b) Peculato – prevaricação – favorecimento pessoal.

c) Condescendência criminosa – concussão – prevaricação.

d) Peculato – corrupção ativa – prevaricação.

27. (Fonte) Ano: 2017 Banca: NUCEPE Órgão: SEJUS-PI Prova: Agente Penitenciário (Reaplicação)

Em relação à aplicação da lei penal, marque a alternativa CORRETA.

a) Não há crime sem lei ou decreto anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, com exceção se houver sentença condenatória transitada em julgado.

c) A lei excepcional ou temporária, uma vez decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.

d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

28. (Fonte) Ano: 2016 Banca: FUNCAB Órgão: SEGEP-MA Prova: Agente Penitenciário

O direito penal não admite analogias incriminadoras. Essa afirmativa é uma decorrência do princípio da:

a) responsabilidade penal subjetiva.

b) responsabilidade penal pessoal.

c) individualização das penas.

d) legalidade.

PROCESSO PENAL

29. Os princípios constitucionais explícitos do processo penal:

a) Ampla defesa e intervenção mínima.

b) Presunção de inocência e lesividade.

- c) Intervenção mínima e duplo grau de jurisdição.
- d) Presunção de inocência e ampla defesa.

30. Pelos princípios do direito processual penal e da ação penal de iniciativa privada, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A exigência da correlação entre acusação e sentença, no processo penal, decorre do princípio da indeclinabilidade da jurisdição.
- b) A extinção do processo penal, por abandono da causa pelo querelante, ocorre automaticamente após 15 dias sem promover o autor o andamento do processo.
- c) Pelo princípio da imparcialidade, o juízo não pode prorrogar a sua competência para além daquela estabelecida na lei.
- d) Pelo princípio do juiz natural, todo cidadão tem direito de ser julgado por um juízo previamente estabelecido por lei, e não ad hoc criado ou tido como competente.

31. Assinale a opção CORRETA acerca do inquérito policial.

- a) O trancamento de inquérito policial só se justifica em situações excepcionais, como no caso da investigação de conduta que não constitua crime em tese ou quando já estiver extinta a punibilidade, pois o inquérito é mecanismo genuinamente estatal das atividades de segurança pública, voltado à preservação de bens jurídicos, da ordem pública e da incolumidade das pessoas.
- b) Aplica-se ao inquérito policial a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, por tratar-se de processo destinado a decidir litígio.
- c) O indiciado e seu advogado têm direito de acessar as informações já introduzidas nos autos do inquérito policial e as relativas à decretação e à execução de diligências em curso, ainda não trazidas ao interior da investigação, como interceptações telefônicas e buscas e apreensões.
- d) O MP não pode dispensar o inquérito policial ainda que tenha conseguido, por outros meios, angariar elementos de convicção aptos a embasar denúncia.

32. A prisão preventiva é um instrumento do Poder Cautelar do Magistrado utilizado durante a instrução processual, podendo ser aplicado tanto na fase de inquérito policial quanto já na ação penal. Em ambas as circunstâncias devem ser atendidos os pressupostos legais para a sua decretação. O Código de Processo Penal, ao tratar do assunto, determina que

- a) a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- b) a prisão preventiva será decretada nos crimes a que for cominada pena de reclusão por tempo, no máximo, igual ou superior a dez anos.
- c) a prisão preventiva decretada pelo juiz caberá, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, se no curso da ação penal, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) a prisão preventiva poderá ser decretada nos crimes afiançáveis, quando se apurar, no processo, que o indiciado é vadio ou quando, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la.

33. (Fonte) Ano: 2017 Banca: TRF - 2ª Região Órgão: TRF - 2ª REGIÃO Prova: Juiz Federal Substituto

Analise as assertivas sobre a competência penal e, depois, marque a opção correta:

I - A conexão entre crimes da competência da Justiça Federal e da Estadual não enseja a reunião dos feitos;

II - São requisitos para o deferimento do incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal a grave violação de direitos humanos, a necessidade de assegurar o cumprimento, pelo Brasil, de obrigações decorrentes de tratados internacionais e a incapacidade de o estado membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal.

III - Se cometidos durante o horário de expediente, compete à Justiça Federal julgar os delitos praticados por funcionário público federal.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.

- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

34. Sobre ação penal é correto afirmar que:

- a) a ação penal subsidiária da pública pode ser proposta quando o Ministério Público não propõe a ação penal no prazo legal e nem requisita diligências.
- b) o prazo para o ofendido representar, em crime sujeito a ação penal condicionada é de 12 (doze) meses.
- c) quanto ao exercício, classifica-se em pública incondicionada, condicionada a representação do ofendido ou por decreto do Presidente da República.
- d) a ação penal pública rege-se pelos princípios da obrigatoriedade e disponibilidade, enquanto a privada rege-se pela oportunidade e indivisibilidade.

TRIBUTÁRIO

35. No que se refere ao Poder de Tributar, podemos afirmar:

- a) É lícito ao município a cobrança do IPTU dos bens imóveis pertencentes ao Estado localizados na sua zona urbana.
- b) As contribuições de melhoria serão decorrentes de obras públicas e instituídas por Decreto.
- c) É facultado ao Prefeito elevar a base de cálculo do IPTU através de Decreto.
- d) Os Municípios, juntamente com a União, Estados e Distrito Federal, poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.

36. Uma específica lei municipal que concede perdão de multas tributárias, para incentivar o contribuinte inadimplente ao pagamento de suas dívidas está tratando de:

- a) Remissão do crédito fiscal.
- b) Anistia do crédito fiscal.
- c) isenção do crédito fiscal.
- d) Extinção do crédito fiscal.

37. De acordo com a definição do Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação:

- a) Compulsória, preferencialmente em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Pecuniária compulsória, em moeda ou em quaisquer tipos de bens e direitos, cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa ou judicial plenamente vinculada.
- d) Compulsória, em moeda ou em quaisquer tipos de bens e direitos, cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa ou judicial plenamente vinculada.

PREVIDENCIÁRIO

38. (Fonte) Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Analista Judiciário - Serviço Social

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Lei Orgânica da Seguridade Social, assinale a opção correta.

- a) Os princípios da seguridade social incluem a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- b) O aviso prévio de, no mínimo, quarenta e cinco dias é um direito garantido aos trabalhadores urbanos que tenham prestado serviços na mesma empresa.
- c) O valor da renda mensal dos benefícios não inferior a meio salário mínimo aplica-se aos benefícios que substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado.

d) No âmbito federal, a base de financiamento da seguridade social está centralizada nas contribuições sociais dos empregadores domésticos.

39. (Fonte) Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Várzea Paulista – SP Prova: Procurador Jurídico

A Seguridade Social rege-se pelos princípios que lhe são impostos, tanto em nível constitucional quanto em nível infraconstitucional. A orientação para que o legislador, quando da elaboração da lei referente à área da Seguridade Social, tenha a sensibilidade de elencar, por lei, as prestações que cobrirão as contingências sociais que mais assolam a população, consubstancia o princípio da

- a) uniformidade.
- b) universalidade.
- c) seletividade.
- d) equidade.

40. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nos termos do artigo 201, §5º, da Constituição Federal, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante do regime próprio de previdência;

b) A universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição; o valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado (não inferior ao do salário mínimo); o cálculo dos benefícios considerando os salários de contribuição (corrigidos monetariamente); a preservação do valor real dos benefícios; e a previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional, são princípios e diretrizes da organização da Previdência Social, conforme determina a Lei n. 8.212/1991;

c) É segurado facultativo da Previdência Social, como empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

d) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.